

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.405, DE 2001

Determina a obrigatoriedade de existência, nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios de unidades especializadas de polícia para atendimento da mulher, do idoso, da criança e do adolescente, das minorias e das vítimas de crimes de preconceito de raça, cor ou religião e investigação de crimes ambientais, e dá outras providências.

Autor: Deputado ALBERTO FRAGA

Relatora: Deputada IRINY LOPES

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em questão tem por objetivo tornar obrigatória a existência, nos Estados, DF e Territórios, de unidades especializadas de polícia para atendimento à mulher, ao idoso, à criança e ao adolescente, minorias e vítimas de crimes de preconceito de raça, cor ou religião bem como investigação de crimes ambientais e os decorrentes de relações de consumo.

Determina, para tanto, o que deverá conter na legislação de organização das polícias civis estaduais.

O autor justifica a sua iniciativa ao argumento de que tais unidades especializadas já são previstas e estão em efetivo funcionamento em grande parte dos estados, com resultados extremamente positivos.

O projeto foi apreciado na Comissão de Seguridade Social e Família, onde houve apresentação de emenda e decidiu-se pela rejeição do projeto e da emenda.

Cabe a esta CCJC o exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A proposição atende aos pressupostos de constitucionalidade relativos à competência da União (art. 22 da CF), ao processo legislativo (art. 59 da CF) e à legitimidade de iniciativa (art. 61 da CF).

Tratando, ainda da constitucionalidade, verifica-se que o projeto viola a Constituição, que dispõe:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.”

.....

*Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se **pelas Constituições e leis que adotarem**, observados os princípios desta Constituição.”*

Do exame dos dispositivos acima depreende-se que a União não pode imiscuir-se na área de competência dos outros entes da Federação, sejam eles Estados ou Municípios.

Ante o exposto, em que pese a nobreza da intenção do ilustre autor do projeto, outra alternativa não resta senão a de votar pela inconstitucionalidade, e no mérito, pela rejeição do PL 5.405/01 e da emenda apresentada perante a CSSF.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputada IRINY LOPES
Relatora